

❖ **Boletim Especial – 8º Seminário nacional de Educação do Sinasefe**

Seminário de Educação de participação ativa

Mais de 270 trabalhadores e estudantes lotaram o auditório do Campus Natal Central – RN no 8º Seminário Nacional de Educação. Além da conferência de abertura, os participantes se subdividiram em 12 grupos de trabalhos para elaborarem propostas de educação fruto de abordagens anteriores e atuais que geraram discussões democráticas bem como participativas durante todo o evento.

Os grupos foram precedidos de elucidações nas mesas redondas que estimularam os diálogos para pensamentos críticos, políticos e técnicos acerca da educação. As discussões foram norteadas pelas críticas aos artigos que foram recebidos para compor o caderno de debates do evento ([veja aqui todos os artigos](#)). No total, foram 39 artigos escritos, a partir dos três eixos temáticos, e apresentados por seus autores de acordo com os 12 subtemas.

Veja abaixo as contribuições dos Palestrantes ao Seminário

[\(conheça neste link cada um desses palestrantes\)](#)

O tema mais recorrente no Seminário foi quanto à expansão da rede e os problemas gerados pela mesma, os quais têm criado a burocratização das Instituições, além da aplicação de programas e cursos sem uma preocupação e organização prévias com as necessidades regionais. Nas explanações toda a insatisfação dos trabalhadores (as) ficou evidente, ao passo que se depararam com um sistema de ensino que funciona sem a mínima maturidade de discussões, e que sacrifica a vivência do ensino público.

Os grupos trataram também sobre questões pontuais ou até mesmo nunca debatidas, como mencionou Aline Lima que participou do Seminário como representante da Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos – Seção ASSINES, do Rio de Janeiro. A servidora falou sobre a quantidade de novos servidores especialistas em linguagem de sinais e intérpretes (40) que se concentram no INES advindos da nova lei, enquanto há a carência por todo o Brasil desses profissionais: “O sindicato ainda não conhece as atribuições desses cargos novos, então temos que estudar quais são as atribuições e como se organizam. Aprofundar isso é importante para termos propostas pedagógicas satisfatórias para passar para o governo, para isso sugeri que os técnicos administrativos e professores façam por meio do sindicato o diálogo a fim de mapear esses trabalhadores que estão muitas vezes isolados”.

A participação significativa de estudantes, que acompanharam o Seminário, demonstrou que o interesse pela educação tem virado prioridade na agenda da sociedade em qualquer momento da vida. Também é importante registrar a presença de servidores novatos na rede que tiveram seu primeiro contato com o trabalho sindical em nível nacional, assim como foi o caso de Chislei Loureiro, do IFEs Vila Velha – ES. “Pela primeira vez que participo de eventos como esse e pude avaliar a dimensão do trabalho para que haja efetivas melhorias. A partir do momento que você não faz nada está permitindo que outras pessoas façam da maneira como acham melhor”, avaliou Chislei. A participante lamentou o distanciamento das pessoas do sindicalismo por questões muito pequenas ou preconceituosas e completou: “A fragmentação das vozes dificulta o empoderamento da categoria contra o estado. Precisamos nos politizar, pois considero que não existe a neutralidade”.

Após toda a bagagem sindical e política do 8º Seminário é importante ressaltar o compromisso a todos os trabalhadores com relação à propagação desta experiência às bases, de modo a impulsionar debates, grupos de estudo, entre outras formas de unidade de discursos. Júlio Ramos, do Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia visualizou que foram atingidos os obje-

tivos do Seminário e sua missão: “nos grupos de trabalho conseguimos chegar a consensos dos trabalhos apresentados apontando em que condições temos que pontuar e trabalhar”.

Os encaminhamentos propostos bem como o relatório final do evento serão publicados em breve no site do Sinasefe Nacional.

❖ ENTREVISTAS

Alguns dos palestrantes que colaboraram na orientação teórica e política dos debates na Plenária do 8º Seminário Nacional de Educação concederam ao Boletim especial do Sinasefe Nacional mini entrevistas. Roberto Leher, Domingos Leite e Valério Arcary contextualizaram suas concepções teóricas acerca das problemáticas educacionais e políticas no Brasil. Boa leitura!

Roberto Leher é professor, pesquisador e doutor em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, tendo sido Presidente do Andes/SN. Ele proferiu Conferência de abertura do 8º Seminário Nacional de Educação do SINASEFE sobre “O protagonismo da classe trabalhadora na construção da política educacional brasileira”.



Sinasefe - Diante da acelerada expansão da rede federal, que você classificou várias vezes como subordinada ao capital, como os trabalhadores dos Institutos Federais podem atuar no sentido de assegurar o seu caráter público e uma formação integral aos seus estudantes?

Roberto Leher - De fato, o exame de programas como o PRONATEC e o lugar central conferido ao Sistema “S” nas estratégias de formação profissional no Brasil, confirmam que o patronato está sendo convocado a formar diretamente a juventude trabalhadora. A localização dos IFETs de modo sobreposto aos investimentos do PAC reafirmam a subordinação da rede federal aos interesses particularistas do capital. É muito preocupante a mudança na função social das escolas tecnológicas como instituições voltadas para a formação de “recursos humanos” para grupos e empresas particulares, situação agravada pelo fato de que, em poucos anos, o que os IFETs estarão formando é o que Marx denominou de Exército Industrial de Reserva para forçar para baixo o custo da força de trabalho. Um desastre. Cabe aos trabalhadores da educação lutar para assegurar o caráter público dessas instituições, promovendo projetos pedagógicos capazes de assegurar a formação politécnica dos estudantes, ultrapassando o míope pragmatismo da desmoralizada “teoria” do capital humano.

S - O executivo tenta trabalhar junto ao Congresso Nacional a chamada reforma política em reação às provocações do povo que clama por melhorias nos setores públicos, entre eles, a educação. Como avalia essa ação do governo para tentar silenciar as manifestações por todo o país? Que soluções práticas sugeriria para que o governo possa construir políticas efetivas nesse momento de efervescência?

R.L. - Diante de uma crise impulsionada pela economia – indissolúvelmente ligada à crise do capitalismo mundial – e da justa sensação do povo de que o Estado e o seu fundo público estão a serviço das corporações, bancos e empreiteiras bem como a generosas migalhas, serve a pequena política em detrimento do transporte público, da educação e da saúde públicas, da reforma agrária etc. Então, a presidenta Dilma e as corporações da mídia, tentam roubar a imagem das manifestações, como se o foco fosse o sistema eleitoral. Esta é apenas a ponta do iceberg. As

medidas de reforma servirão para reforçar o monopólio dos partidos da ordem. As medidas que o governo poderia tomar para debelar a crise iriam se voltar contra a sua base de apoio, mais precisamente as classes e frações de classe que sustentam o governo. Por isso, não se trata de sugerir medidas, mas de lutar por elas. Entre as reformas fundamentais, a auditoria soberana da dívida, a suspensão do pagamento da dívida até a sua avaliação pela auditoria, a reforma agrária numa perspectiva não mercantil, a nacionalização dos recursos naturais e energéticos, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública, o aperfeiçoamento da legislação trabalhista para garantir a dignidade do trabalho, entre tantas outras causas populares que motivam as lutas no Brasil de hoje.

S - O sindicalismo horizontalizado precisa partir de que forças? Como inicia-lo?

R.L. - O sindicato tem de estar referenciado em suas bases reais. A verticalização da estrutura sindical é funcional para o “peleguismo” e para a burocratização das entidades sindicais. O maior desafio hoje é, a partir das entidades autônomas e classistas, convocar os demais sindicatos da educação e os movimentos engajados na luta pela educação pública para forjar um novo ponto de partida nas lutas pela escola pública. Precisamos realizar seminários, encontros, objetivando a construção desse novo espaço de aglutinação e de unidade de ação para darmos respostas imediatas às demandas que os trabalhadores exigem, como os 10% do PIB exclusivamente para a educação pública!

Domingos Leite participou do segundo dia do Seminário Nacional de Educação, intervindo acerca da pauta “Identidade e papel social da Rede Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica”. É doutor, pesquisador e educador da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.



Sinasefe - Segundo sua palestra, a educação e o trabalho no Brasil são submetidos ao imediatismo impregnado e pela operacionalidade, que estão sob o domínio do capital e a concorrência do mercado. Então como o trabalhador da educação pode construir a educação universalizada e não se alienar pelo meio?

Domingos Leite - Essas são perguntas que acompanham diariamente os professores. O que ensinar e como ensinar? No processo de ensino e aprendizagem existem outras relações além da de professor x aluno. Ao invés de se formar tenta-se se conformar o aluno é uma tentativa de se reduzir o ser humano a mera força de trabalho e nesse aspecto que surgem dois pontos: a subjetividade e a operacionalidade. Para escapar à operacionalidade, o aluno precisa entender além do ramo em que irá atuar as relações que permeiam as relações ético-políticas e os valores. É para que os profissionais deixem de ser fracionados e parciais e estejam integrados às diversas dimensões além da trabalhista, a exemplo do exercício da sua atividade na coletividade como cidadão.

S - O sindicalismo tem papel de lutar pelos direitos do trabalhador. Como o senhor avalia a tentativa da massa popular que tenta excluir a denominação dos movimentos sindicais e partidos políticos nos protestos que estão ocorrendo no país?

D.L. - A representatividade se dá desde estruturas estaduais, municipais e federal, como também está presente no âmbito das instituições em que as pessoas vivem: elas querem que seus representantes exercitem a tarefa para aquilo que foram eleitos. Há uma fragilização no ideal de repre-

sentatividade e isso é transferido para os movimentos sindicais visto que é preciso ouvir a massa para entender os motivos. As promessas políticas assumidas com o povo estão condicionadas às medidas econômicas consideradas convenientes e a população tem uma natural rejeição a esta submissão. Entretanto precisamos ver nisso tudo que há uma ação continuada dos movimentos que jamais deixaram de ir às ruas, entre estes os inúmeros sindicatos de professores, que não é divulgado pela mídia. Somente o exercício da participação democrática é que se pode aferir um juízo mais crítico sobre essas manifestações. A participação coletiva é a chave para a conquista e assim sentir-se representado.

S - Com a expansão da rede federal ao longo desses anos, há vitórias para a educação? Há algum lado positivo na implantação do PRONATEC?

D.L. - Existem muitos lados positivos. De jovens de 15 a 17 anos apenas 50% estão matriculados em escolas. Há também os jovens de 18 a 24, que apenas 9% está na universidade, resultando em mais de 100 milhões de adultos que não concluíram a educação básica. O instituto é muito respeitado pela população visto que os egressos conseguem ter condições de seguir para a universidade, assumir posições de liderança em seu meio ou assumir trabalho mais qualificado. Então a população percebe a positividade educacional do Instituto, porque há recursos para uma boa formação, diferentemente das outras estruturas de ensino da rede pública disponíveis. Entretanto a experiência de cursos rápidos não tem bom histórico amadurecido no país como Planfor (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) e Pipmo (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra). Com esses cursos rápidos não foi possível evidenciar o fim da exclusão educacional. Para que a expansão seja qualificada ela precisa oferecer cursos densos e integrados, que formem além de profissionais, cidadãos.

Valério Arcary é historiador e doutor em história social pela Unicamp, além de Professor do Instituto Federal de São Paulo. Participou da mesa redonda “Expansão da Rede: ofertas e demandas dos cursos e precarização das condições de trabalho”, a partir da sua própria experiência enquanto Professor da Rede, além de ser autor de obras relacionadas a esta temática. Sua intervenção serviu como ponto de partida para o último dia dos grupos de trabalho.



Sinasefe - Mesmo com o diagnóstico do TCU mostrando a precariedade da Rede, a SETEC apresentou durante o evento dados divergentes da realidade. Diante da frequência que o governo se posiciona desta maneira, quais estratégias podem ser tomadas pelos sindicatos da categoria?

Valério Arcary - Os sindicalistas combativos são os que melhor vivem o dia a dia da luta, organização e resistência. Sabem muito bem que devem desconfiar, de quem está no poder. Sabem que devem vigiar, denunciar, alertar. Ainda mais por conta do atual governo, que conseguiu cooptar tantos sindicatos e Centrais. O SINASEFE não se dobrou, agiu bem, ajudou a construir a CSP/Conlutas, fez isso preservando sua vida democrática interna, e por isso tudo está mais forte do que nunca. O que a história ensina, mas sempre foram poucos os que lhe deram importância, é que os sindicatos do funcionalismo público, em qualquer país, devem manter sua independência do governo.

S - Com a expansão, a junção de tantos cursos nas instituições traduz a ausência de qualidade no ensino e no trabalho exercido pelos servidores, que são explorados e desvalori-

zados. Dado o grande momento de revolta que o país se encontra pela falta de ação do governo, como os trabalhadores devem se planejar politicamente e ativamente para reconstruir as questões reivindicadas?

V.A - A greve geral de 11 de julho vai abrir uma janela de oportunidade. Se triunfar e for, como esperamos que seja, a maior greve nacional dos últimos vinte anos, estará colocado um enorme desafio. A partir de agosto, junto com Andes e Fasubra, para lembrar os principais sindicatos da educação federal, o Sinasefe estará diante do desafio de pensar uma nova agenda sindical. Um plano de lutas estará na ordem do dia. A expansão da forma que está sendo feita é inaceitável. Os Institutos Federais estão à deriva. A história sugere também que os sindicatos devem ajudar os servidores a manter um posicionamento crítico em relação ao governo. Devem estimular a organização de base em cada unidade. E, sobretudo, devem combater a desmoralização, ceticismo, o individualismo. Não há contratos individuais de trabalho, só há contratos coletivos. Não leva a lugar nenhum o cada um por si. A organização coletiva é insubstituível. A história também ensina que os servidores, como todos os assalariados, precisam acompanhar e controlar suas organizações. Esse é o caminho da formação de lideranças sindicais cada vez mais capazes. As novas gerações precisam aprender com a geração mais madura e os mais veteranos devem valorizar a integração dos mais novos.

S - Vemos a tentativa dos governantes em calar as vozes dos manifestantes pelo Brasil. Então, afinal, como a classe trabalhadora pode protagonizar a política educacional brasileira?

V.A - Vai ser preciso derrotar a repressão, em primeiro lugar. Liberdade de expressão, organização e manifestação são direitos inegociáveis. As liberdades conquistadas nas ruas têm que entrar pela porta da frente em todos os Institutos. A classe trabalhadora vai mostrar sua força no 11 de julho. Ela é a maior força social do Brasil, aliada à juventude. Nenhum governo pode ignorar suas reivindicações. A maior delas é simples, embora dramática: ou o Brasil continua pagando a dívida pública para banqueiros e rentistas, ou paga a dívida social com o povo.

SINASEFE irá colaborar com pesquisa sobre a Expansão da Rede Federal

Recentemente o Sinasefe concordou em estreitar laços e contribuir com a coleta de dados para a pesquisa sobre a expansão da rede realizada pelo professor Gaudêncio Frigotto, Ricardo Marinho e uma equipe de pesquisadores. O professor Ricardo Marinho participou como palestrante do 8º Seminário Nacional de Educação, momento em que aproveitou para convidar toda a categoria a contribuir com informações no intuito de aferir o que os servidores vêm dizendo sobre este processo. Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ, Ricardo ressaltou a abrangência da pesquisa ao englobar todo o contingente que atua no espaço das Instituições Federais, qualificando a análise de acordo com o segmento competente.

“Ao ouvir todos os segmentos faremos o painel do que foi todo esse processo para perceber a história da expansão. Por exemplo: como na trajetória daquela instituição houve a mudança de identidade de escola de aprendiz, para escola técnica, depois Cefet até os Institutos da atualidade. É importante entendermos como a comunidade entende essas situações”, afirmou o pesquisador.

Esclareceu que o Sinasefe estará cooperando no momento de coleta de informações, para que em 2014 participe do Seminário Nacional, juntamente com as outras entidades, que deverá



expor o consolidado de elementos e faces que participaram da expansão da rede: “nossa pesquisa tem intenção de auxiliar no processo de inclusão factível ou sustentável, visto que o que estamos encarando é uma expansão insustentável”.

Ricardo considerou sua participação no 8º Seminário extremamente esclarecedora sobre o processo e expressou seu desejo de entender mais densamente quais critérios para terem sido criados campus no interior que oferecem cursos fora da realidade da população local, a exemplo de cursos de mecatrônica, design de moda e artes cênicas nessas regiões. “O problema é: em que medida isso atende uma demanda que é real naquela realidade e para aquelas pessoas que lá estão”, completou.

O Sinasefe Nacional disponibilizará em breve para as Seções o questionário elaborado pela equipe de pesquisadores e a ser enviado para os e-mails da equipe de Gaudêncio Frigotto.

❖ ALGUMAS FALAS IMPORTANTES DURANTE O SEMINÁRIO

“Penso que os educadores precisam se armar de conhecimentos científicos e políticos para poderem defender nossas proposições. É preciso trabalhar mais com as pessoas próximas de nós” - Walter Pinheiro Júnior, da UFRN.

“Que estratégias formulamos para pautar a sociedade civil?” - Maria de Fátima Oliveira Cardoso – SINTE-RN.

“A experiência de cada um desses Institutos é motivo de investigação para tentar construir um conjunto de conhecimentos sobre esse processo. Qual a sua identidade e suas possibilidades?” Ricardo Marinho – UNIGRANRIO.

“O MEC precisa investigar o que as reitorias estão praticando, assim como a repressão aos sindicalistas no Vitória – ES” – Valério Arcary, IFSP citando a manifestação que reuniu mais de mil pessoas contra o pedágio da ponte que liga a capital à cidade de Vila Velha no último dia 4 de julho.

“Os servidores aqui mostram sua atuação para os problemas enfrentados e encontram caminhos para exigir do poder público federal que assegure o que está na constituição que é o direito a educação pública. É preciso cobrar que haja prioridade de investimentos para isso, ao invés de atender a elite” - Wagner Chaves, Instituto Federal do Espírito Santo - IFES Campus Vitória.

Facebook Sinasefe: [Sinasefe Nacional](#)

Twitter Sinasefe: [@SINASEFE](#)

Responsáveis por este boletim: William Carvalho, Flávia Carvalho e Maria Aparecida Rodrigues.

Jornalista: Jéssica Fernandes.

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica –
SINASEFE

SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902

Telefone e Fax: (61) 2192-4050– e-mail: dn@sinasefe.org.br – www.sinasefe.org.br